

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 08/02/2020	Caderno: Economia



## ICMS SOBRE COMBUSTÍVEIS E A PROPOSTA PARA “ZERAR O IMPOSTO”



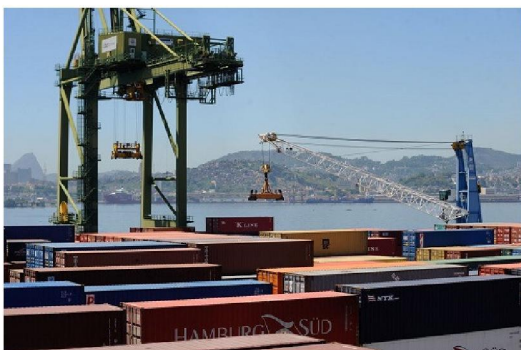
8 Fevereiro, 2020

O presidente Jair Bolsonaro afirmou na última quarta-feira que “zeraria” os tributos federais que incidem sobre os combustíveis caso os governadores tomem a mesma medida com o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) junto ao setor. O ICMS é responsável pela maior parte da arrecadação dos Estados. Em São Paulo, por exemplo, o tributo representa 84% (R\$ 144 bilhões) de tudo o que o Estado recolhe por vias próprias. O ICMS sobre combustíveis representa, em média, 20% de toda a arrecadação do tributo.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 09/02/2020	Caderno: Economia



## ICMS SOBRE EXPORTAÇÕES PODE EXTINGUIR ATÉ 728 MIL EMPREGOS, PREVÊ CNI



9 Fevereiro, 2020

Duas propostas de emenda à Constituição (PEC) apresentadas ao Congresso no ano passado podem reduzir as exportações brasileiras em 5% e resultar na extinção de até 728 mil empregos em todo o país. A estimativa é da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que também aponta outros riscos das propostas, que querem revogar a Lei Kandir e reintroduzir a cobrança de 13% Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as vendas de produtos básicos e semielaborados.

Segundo os cálculos da CNI, a eventual aprovação de uma das propostas poderá fazer o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país) encolher R\$ 58,7 bilhões. A massa salarial ficaria R\$ 1,5 bilhão menor, fazendo os brasileiros consumirem R\$ 22,4 bilhões a menos nos 12 meses seguintes a um eventual retorno do ICMS sobre produtos não industrializados.

Embora a medida não atinja produtos industrializados, cujas vendas externas já são isentas de ICMS, a CNI argumenta que a tributação sobre exportações reduz a competitividade dos bens brasileiros no exterior. Para a confederação, a incidência de ICMS sobre as exportações criará um efeito dominó que causará prejuízos à economia e afastará investidores estrangeiros do país.

### Contestação

Aprovada em 1996, a Lei Kandir estabelece a isenção de ICMS, tributo de responsabilidade dos estados, sobre exportações de produtos básicos (como bens agropecuários e minérios) e de itens semielaborados (como açúcar e celulose). Na época, a lei tinha como objetivo alinhar as exportações brasileiras à prática internacional, que veda exportação de tributos.

Nas últimas décadas, a Lei Kandir tem sido objeto de reclamação dos estados, principalmente os com economia baseada no agronegócio e na mineração, que sofrem com a queda na arrecadação. A legislação prevê o pagamento de uma compensação anual pela União das perdas de receita da Lei Kandir mais o Auxílio Financeiro para o Fomento das Exportações (FEX) no fim de cada ano. No entanto, o valor é negociado anualmente, nem sempre agradando aos governadores, o que gerou uma onda de ações judiciais dos estados.

No ano passado, o Ministério da Economia tentou negociar com os estados um aumento na fatia de repartição da cessão onerosa do pré-sal em troca da desistência das ações judiciais. Sem sucesso

na negociação, a Câmara e o Senado apresentaram PECs para extinguir a Lei Kandir e retomar a cobrança do imposto.

#### Trâmite

No Senado, a proposta foi assinada por 28 parlamentares e tramita na Comissão de Constituição e Justiça da Casa. O relator, Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), apresentou um substitutivo no fim de outubro. Segundo o parlamentar, a apresentação de uma PEC para extinguir a Lei Kandir garante a autonomia dos estados, já que o presidente Jair Bolsonaro não poderá vetar a proposta, caso seja aprovada.

Na Câmara, a PEC foi apresentada pelo deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), integrante da Frente Parlamentar da Agropecuária. O setor defende a retomada da cobrança por entender que os estados agroexportadores são os mais prejudicados pela desoneração do ICMS, principalmente num momento em que diversos governos locais atravessam crise fiscal e, muitas vezes, não têm recursos para pagar fornecedores e servidores.

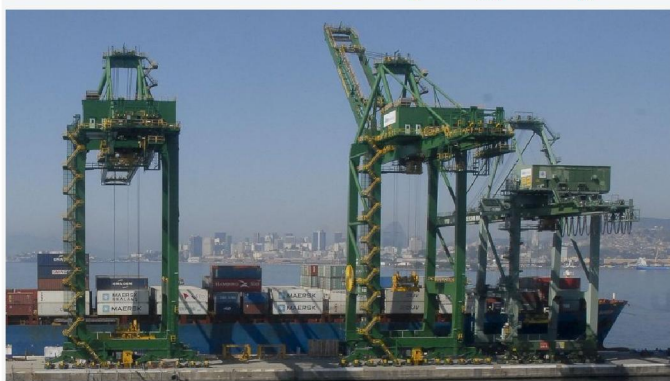
Foto: Tânia Rêgo/ Agência Brasil

Por Wellton Máximo – Repórter da Agência Brasil Brasília



## *Economia E Mercado*

# ICMS sobre exportações pode extinguir até 728 mil empregos, prevê CNI



09 de Fevereiro de 2020 às 05:55 Por: Tânia Rêgo/Agência Brasil Por: Agência Brasil 0 comentários

Duas propostas de emenda à Constituição (PEC) apresentadas ao Congresso no ano passado podem reduzir as exportações brasileiras em 5% e resultar na extinção de até 728 mil empregos em todo o país. A estimativa é da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que também aponta outros riscos das propostas, que querem revogar a Lei Kandir e reintroduzir a cobrança de 13% Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as vendas de produtos básicos e semielaborados.

Segundo os cálculos da CNI, a eventual aprovação de uma das propostas poderá fazer o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país) encolher R\$ 58,7 bilhões. A massa salarial ficaria R\$ 1,5 bilhão menor, fazendo os brasileiros consumirem R\$ 22,4 bilhões a menos nos 12 meses seguintes a um eventual retorno do ICMS sobre produtos não industrializados.

Embora a medida não atinja produtos industrializados, cujas vendas externas já são isentas de ICMS, a CNI argumenta que a tributação sobre exportações reduz a competitividade dos bens brasileiros no exterior. Para a confederação, a incidência de ICMS sobre as exportações criará um efeito dominó que causará prejuízos à economia e afastará investidores estrangeiros do país.

### **Contestação**

Aprovada em 1996, a Lei Kandir estabelece a isenção de ICMS, tributo de responsabilidade dos estados, sobre exportações de produtos básicos (como bens agropecuários e minérios) e de itens semielaborados (como açúcar e celulose). Na época, a lei tinha como objetivo alinhar as exportações brasileiras à prática internacional, que veda exportação de tributos.

Nas últimas décadas, a Lei Kandir tem sido objeto de reclamação dos estados, principalmente os com economia baseada no agronegócio e na mineração, que sofrem com a queda na arrecadação. A legislação prevê o pagamento de uma compensação anual pela União das perdas de receita da Lei Kandir mais o Auxílio Financeiro para o Fomento das Exportações (FEX) no fim de cada ano. No entanto, o valor é negociado anualmente, nem sempre agradando aos governadores, o que gerou uma onda de ações judiciais dos estados.

No ano passado, o Ministério da Economia tentou negociar com os estados um aumento na fatia de repartição da cessão onerosa do pré-sal em troca da desistência das ações judiciais. Sem sucesso na negociação, a Câmara e o Senado apresentaram PECs para extinguir a Lei Kandir e retomar a cobrança do imposto.

### **Trâmite**

No Senado, a proposta foi assinada por 28 parlamentares e tramita na Comissão de Constituição e Justiça da Casa. O relator, Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), apresentou um substitutivo no fim de outubro. Segundo o parlamentar, a apresentação de uma PEC para extinguir a Lei Kandir garante a autonomia dos estados, já que o presidente Jair Bolsonaro não poderá vetar a proposta, caso seja aprovada.

Na Câmara, a PEC foi apresentada pelo deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), integrante da Frente Parlamentar da Agropecuária. O setor defende a retomada da cobrança por entender que os estados agroexportadores são os mais prejudicados pela desoneração do ICMS, principalmente num momento em que diversos governos locais atravessam crise fiscal e, muitas vezes, não têm recursos para pagar fornecedores e servidores.

Veículo: Política Livre	
Data: 07/02/2020	Caderno: Brasil



07 de fevereiro de 2020 | 13:49

## Bolsonaro diz que faz ‘papel de otário’ no caso do ICMS

**BRASIL**

O presidente Jair Bolsonaro afirmou na quinta-feira, 6, que se trata de “vergonha na cara”, e não de um ato de “populismo”, sua recente crítica ao preço dos combustíveis. Ele disse que faz “papel de otário”, já que a Petrobrás reduz o preço médio da gasolina e do diesel nas refinarias, mas, segundo ele, a diferença não é repassada para o consumidor.

Nesta quarta-feira, 5, Bolsonaro desafiou os governadores e afirmou que zera os tributos federais (Cide e PIS/Cofins) sobre os combustíveis se eles zerarem o ICMS. Após a declaração, o governador de São Paulo, João Doria, afirmou que se tratava de “populismo” do presidente e “uma tentativa de transferir a responsabilidade” do problema para os Estados.

Ao ser questionado pelo jornal O Estado de São Paulo como compensar a perda na arrecadação dos Estados com a medida, Bolsonaro disse que “o problema é deles (governadores)”. “Não estão reclamando que eu devo diminuir o meu? Vamos diminuir de todo mundo.”

O presidente voltou a falar do assunto na quinta-feira ao ser questionado se trabalharia para melhorar a relação com governadores. Além de Doria, ele se referiu ao governador Wilson Witzel, do Rio de Janeiro, que também foi criticado na entrevista.

“Chega de esse povo sofrer. Isso não é demagogia. Os dois governadores que estão me criticando... Isso não é populismo, não. Isso é vergonha na cara. Ou você acha que o povão está numa boa? Todo mundo feliz da vida com o preço do gás, com o preço da gasolina, preço de transporte?”, disse o presidente.

Plumagem.

Bolsonaro também disse que não tem a “mesma plumagem” dos dois governadores e que é pobre perto deles. “Eu sei que eu sou um cara diferente de alguns políticos que temos no Brasil. Eu sou um cara pobre, miserável. Se bem que eu sou mais rico que 98% da população. Eu sei disso, mas perto desses caras eu sou pobre e parece que meu cheiro não faz bem para eles. Minha plumagem é diferente da deles”, disse o presidente.

O presidente defende há meses mudanças na cobrança do ICMS sobre combustíveis. Para ele, o tributo deveria ser cobrado nas refinarias, e não no ato da venda no posto de combustível, como ocorre atualmente.

“Quanto é que vai baixar na bomba para o consumidor? Zero. Então eu estou fazendo papel aqui de otário. Se bem que eu não interfiro na Petrobrás. Eu não vou ligar para o Castello Branco (Roberto, presidente da estatal): ‘Ó, não baixa mais’. Eu não interfiro na Petrobrás”, declarou.

No domingo passado, 2, pelas redes sociais, Bolsonaro anunciou que enviará ao Congresso um projeto para que o ICMS tenha um valor fixo por litro. A ideia do presidente encontra resistência por parte de governos estaduais, já que causaria impacto sobre a arrecadação dos Estados, efeito indesejado principalmente neste momento de crise.

*Estadão*

Veículo: Política Livre	
Data: 08/02/2020	Caderno: Brasil



08 de fevereiro de 2020 | 18:46

## ***ICMS sobre exportações pode extinguir até 728 mil empregos, prevê CNI***

### **ECONOMIA**

Duas propostas de emenda à Constituição (PEC) apresentadas ao Congresso no ano passado podem reduzir as exportações brasileiras em 5% e resultar na extinção de até 728 mil empregos em todo o país. A estimativa é da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que também aponta outros riscos das propostas, que querem revogar a Lei Kandir e reintroduzir a cobrança de 13% Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as vendas de produtos básicos e semielaborados.

Segundo os cálculos da CNI, a eventual aprovação de uma das propostas poderá fazer o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país) encolher R\$ 58,7 bilhões. A massa salarial ficaria R\$ 1,5 bilhão menor, fazendo os brasileiros consumirem R\$ 22,4 bilhões a menos nos 12 meses seguintes a um eventual retorno do ICMS sobre produtos não industrializados.

Embora a medida não atinja produtos industrializados, cujas vendas externas já são isentas de ICMS, a CNI argumenta que a tributação sobre exportações reduz a competitividade dos bens brasileiros no exterior. Para a confederação, a incidência de ICMS sobre as exportações criará um efeito dominó que causará prejuízos à economia e afastará investidores estrangeiros do país.

### **Contestação**

Aprovada em 1996, a Lei Kandir estabelece a isenção de ICMS, tributo de responsabilidade dos estados, sobre exportações de produtos básicos (como bens agropecuários e minérios) e de itens semielaborados (como açúcar e celulose). Na época, a lei tinha como objetivo alinhar as exportações brasileiras à prática internacional, que veda exportação de tributos.

Nas últimas décadas, a Lei Kandir tem sido objeto de reclamação dos estados, principalmente os com economia baseada no agronegócio e na mineração, que sofrem com a queda na arrecadação. A legislação prevê o pagamento de uma compensação anual pela União das



perdas de receita da Lei Kandir mais o Auxílio Financeiro para o Fomento das Exportações (FEX) no fim de cada ano. No entanto, o valor é negociado anualmente, nem sempre agradando aos governadores, o que gerou uma onda de ações judiciais dos estados.

No ano passado, o Ministério da Economia tentou negociar com os estados um aumento na fatia de repartição da cessão onerosa do pré-sal em troca da desistência das ações judiciais. Sem sucesso na negociação, a Câmara e o Senado apresentaram PECs para extinguir a Lei Kandir e retomar a cobrança do imposto.

#### Trâmite

No Senado, a proposta foi assinada por 28 parlamentares e tramita na Comissão de Constituição e Justiça da Casa. O relator, Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), apresentou um substitutivo no fim de outubro. Segundo o parlamentar, a apresentação de uma PEC para extinguir a Lei Kandir garante a autonomia dos estados, já que o presidente Jair Bolsonaro não poderá vetar a proposta, caso seja aprovada.

Na Câmara, a PEC foi apresentada pelo deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), integrante da Frente Parlamentar da Agropecuária. O setor defende a retomada da cobrança por entender que os estados agroexportadores são os mais prejudicados pela desoneração do ICMS, principalmente num momento em que diversos governos locais atravessam crise fiscal e, muitas vezes, não têm recursos para pagar fornecedores e servidores.

# Tribuna

## ICMS sobre exportações é contestado

Agência Brasil

Duas propostas de emenda à Constituição (PEC) apresentadas ao Congresso no ano passado podem reduzir as exportações brasileiras em 5% e resultar na extinção de até 728 mil empregos em todo o país. A estimativa é da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que também aponta outros riscos das propostas, que querem revogar a Lei Kandir e reintroduzir a cobrança de 13% Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as vendas de produtos básicos e semielaborados.

Segundo os cálculos da CNI, a eventual aprovação de uma das propostas poderá fazer o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país) encolher R\$ 58,7 bilhões. A massa salarial ficaria R\$ 1,5 bilhão menor, fazendo os brasileiros consumirem R\$ 22,4 bilhões a menos nos 12 meses se-

guintes a um eventual retorno do ICMS sobre produtos não industrializados.

Embora a medida não atinja produtos industrializados, cujas vendas externas já são isentas de ICMS, a CNI argumenta que a tributação sobre exportações reduz a competitividade dos bens brasileiros no exterior. Para a confederação, a incidência de ICMS sobre as exportações criará um efeito dominó que causará prejuízos à economia e afastará investidores estrangeiros do país. Aprovada em 1996, a Lei Kandir estabelece a isenção de ICMS, tributo de responsabilidade dos estados, sobre exportações de produtos básicos (como bens agropecuários e minérios) e de itens semielaborados (como açúcar e celulose).

# BNDES conduz privatização de saneamento nos Estados

Carteira de projetos do banco tem potencial para gerar R\$ 42 bilhões em investimentos

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

10/02/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O BNDES promoverá neste ano leilões de concessão de serviços de saneamento de quatro Estados (Rio de Janeiro, Acre, Amapá e Alagoas). Além disso, fará em dezembro o leilão de uma Parceria Público-Privada (PPP) no Rio Grande do Sul. Para 2021, já prepara a concessão do serviço de água e esgoto de Porto Alegre. Os seis projetos demandam investimentos superiores a R\$ 40 bilhões e parte poderá ser financiada pela instituição.

## BNDES terá dois modelos para saneamento

O maior investimento previsto até o momento é o da Cedae (R\$ 32,5 bilhões), a companhia de saneamento do governo fluminense. “O banco avalia dar crédito para todos [os projetos], mas iremos privilegiar uma composição com o setor privado”, informou ao **Valor** o diretor de Infraestrutura, Concessões e PPPs do BNDES, Fábio Abrahão. “Se o setor privado for capaz de dar todo o crédito em determinado projeto, para nós não há problema, pois isso libera os recursos do banco para outros projetos necessários.”

Os modelos de concessão a serem adotados no Rio de Janeiro e em Alagoas diferem daqueles desenhados para o Acre e o Amapá. Nos casos da Cedae e da Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal), a captação e o tratamento da água continuarão a ser feitos pelas estatais. Já a distribuição de água, a coleta e o tratamento de esgotos serão atribuições das concessionárias. No Acre e no Amapá, o modelo escolhido foi a concessão ple-na dos serviços de saneamento básico.

Abrahão argumenta que, do ponto de vista legal, os processos de concessão em curso não dependem da aprovação, pelo Congresso, do projeto de lei que estabelece o novo marco legal do saneamento. “Já estamos colocando dentro do modelo de contrato vários dos elementos importantes que estão no projeto. Estão embutidos”, afirma.

O BNDES tem R\$ 200 bilhões para financiamento ao setor de infraestrutura. Desse total, R\$ 42 bilhões para o saneamento. Apesar disso, o interesse dos governadores é baixo. “O grau de aprendizado das equipes da administração pública é baixo, porque concessão de saneamento não é um evento frequente”, explica o diretor do BNDES.

## A reforma administrativa e os seus vários obstáculos

Um Estado que atenda às aspirações dos brasileiros prescinde do fim da estabilidade do funcionalismo no emprego

10/02/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Uma das reformas mais difíceis de se aprovar em Brasília é a administrativa. E é fácil entender por quê: desde a promulgação da Constituição, em 1988, foram criados tantos benefícios para os funcionários públicos que qualquer proposta de mudança esbarra numa resistência organizada, poderosa e eficiente. O lobby dos servidores é, sem dúvida, o mais forte da República.

No fim deste mês, o governo enviará ao Congresso Nacional Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para tratar da reforma administrativa, conhecida também como reforma do Estado. O interesse da equipe econômica, liderada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, na aprovação dessa reforma é urgente, mas não se vê a mesma disposição no Palácio do Planalto.

Durante os 28 anos em que exerceu mandato de deputado federal, o presidente Jair Bolsonaro só teve uma bandeira: defender os interesses da corporação militar, à qual pertenceu antes de entrar na política. Não há nada de errado nisso, mas, como se viu na tramitação da reforma da Previdência, Bolsonaro retirou os militares da PEC original, justamente para que a corporação não passasse a ter as mesmas regras de aposentadoria dos demais brasileiros. Ademais, defender corte de benefícios de funcionário público em ano eleitoral é algo que a classe política costuma evitar.

A reforma administrativa se justifica por várias razões, mas duas são inapeláveis: o custo elevado do funcionalismo para a sociedade e a ineficiência atávica do Estado. A máquina pública brasileira, considerando apenas a União (os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), é cara em termos absolutos, isto é, para um país de renda média como o Brasil, e também quando comparada ao desembolso feito por economias em desenvolvimento e ricas.

Em 2018, último dado disponível, o gasto com pessoal nos três poderes atingiu o equivalente a 13,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Se nada for feito, alcançará 14,8% do PIB ao fim desta década. Nações ricas, principalmente as europeias, onde o Estado do bem-estar social mais se desenvolveu, costumam ter uma máquina governamental custosa. Ocorre que, atualmente, segundo estudo do Ministério da Economia, em proporção do PIB, os países da União Europeia gastam com pessoal, em média, bem menos que o Brasil - 9,9% do PIB.

Os Estados Unidos, que por motivos óbvios têm despesa na área de Defesa muito superior à de qualquer outro país, também dispendem com o funcionalismo menos que o Brasil - o equivalente a 9,5%.

Economias do porte da brasileira destinam, em geral, menos de 10% do PIB ao gasto com pessoal.

Nos últimos anos, a despesa com pessoal ativo e inativo (um dos motivadores da reforma da Previdência) cresceu acima de qualquer parâmetro da economia, o que revela o caráter autóctone da burocracia brasileira. Os governos Lula e Dilma, dado o vínculo histórico dos sindicatos dos servidores com o PT, aumentaram a força de trabalho em 34% - de 532 mil funcionários para 712 mil entre 2003 e 2018. Num período mais curto, de 2008 a 2018, chama a atenção o fato de a despesa com pessoal ativo ter crescido 242%. Outro dado que mostra o quanto os funcionários públicos vivem num mundo diferente do restante dos brasileiros: nos últimos 15 anos, os funcionários tiveram, em média, aumento real de salário (acima da variação da inflação) de 53%.

Outra razão para a urgência da reforma é mudar o modelo que consagrou o Estado brasileiro, apesar de seu elevado custo, como ineficiente, extremamente burocrático e prestador de serviços de baixa qualidade. Portanto, trata-se de um Estado inadequado para sua função precípua, que é diminuir a distância entre ricos e pobres, igualando oportunidades numa das nações de maior concentração de renda do planeta.

Não se tenha dúvida: a criação de um Estado que atenda às aspirações dos brasileiros prescinde do fim da estabilidade do funcionalismo no emprego. Instituída pelos constituintes de 1988 para todas as carreiras, a estabilidade é o incentivo errado quando se pensa em eficiência no serviço público. A PEC do governo vai propor o fim da estabilidade generalizada, preservando-a apenas para as carreiras típicas do serviço público, como auditor fiscal e diplomata. Ainda assim, a ideia, bastante razoável, é que a estabilidade nesses casos seja conquistada num prazo mínimo de dez anos.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Venda no débito e crédito  
SUMUP

### LINK PATROCINADO

40 Carros mais inúteis de todos os tempos  
DESAFIOMUNDIAL

### LINK PATROCINADO

Relógios com até 60% de desconto! Compre agora  
ECLOCK

### LINK PATROCINADO

Salvador: concessionárias vendem carros não vendidos em 2019  
SAVERDAILY

### LINK PATROCINADO

Levante | Invista melhor em 2020. Baixe agora o relatório e saiba qual é o melhor fundo imobiliário para 2020.  
LEVANTE IDEIAS

### LINK PATROCINADO

Apadrinhe por apenas R\$ 67/mês  
CHILDFUND BRASIL

---

## Veja em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Fundos de pensão têm rentabilidade de 10,7% até outubro de 2019, diz Abrapp

### VALOR INVESTE

Fundos de pensão querem se modernizar para brigar com PGBL e VGBL

### VALOR INVESTE

Pequeno investidor fica com R\$ 3,5 bilhões da oferta de ações da Petrobras

### VALOR INVESTE

Com American Airlines, Gol mais que triplica oferta de voos

### VALOR INVESTE

Centouro sobe 14,7%, a R\$ 49,71, após compra de Nike do Brasil

"Se foi ilegal, a gente vê lá na frente", diz Bolsonaro sobre denúncia contra chefe da Secom

## Dino colhe melhora nos índices sociais do MA, mas pobreza persiste

Para governador, a alta dependência dos programas de transferência de renda justifica o crescimento da miséria no Estado

Por Marina Falcão — Do Recife

10/02/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

### Recuperação da economia

PIB real do MA x PIB real do BR - em %



Fonte: IBGE, Imesc. \*Projeção

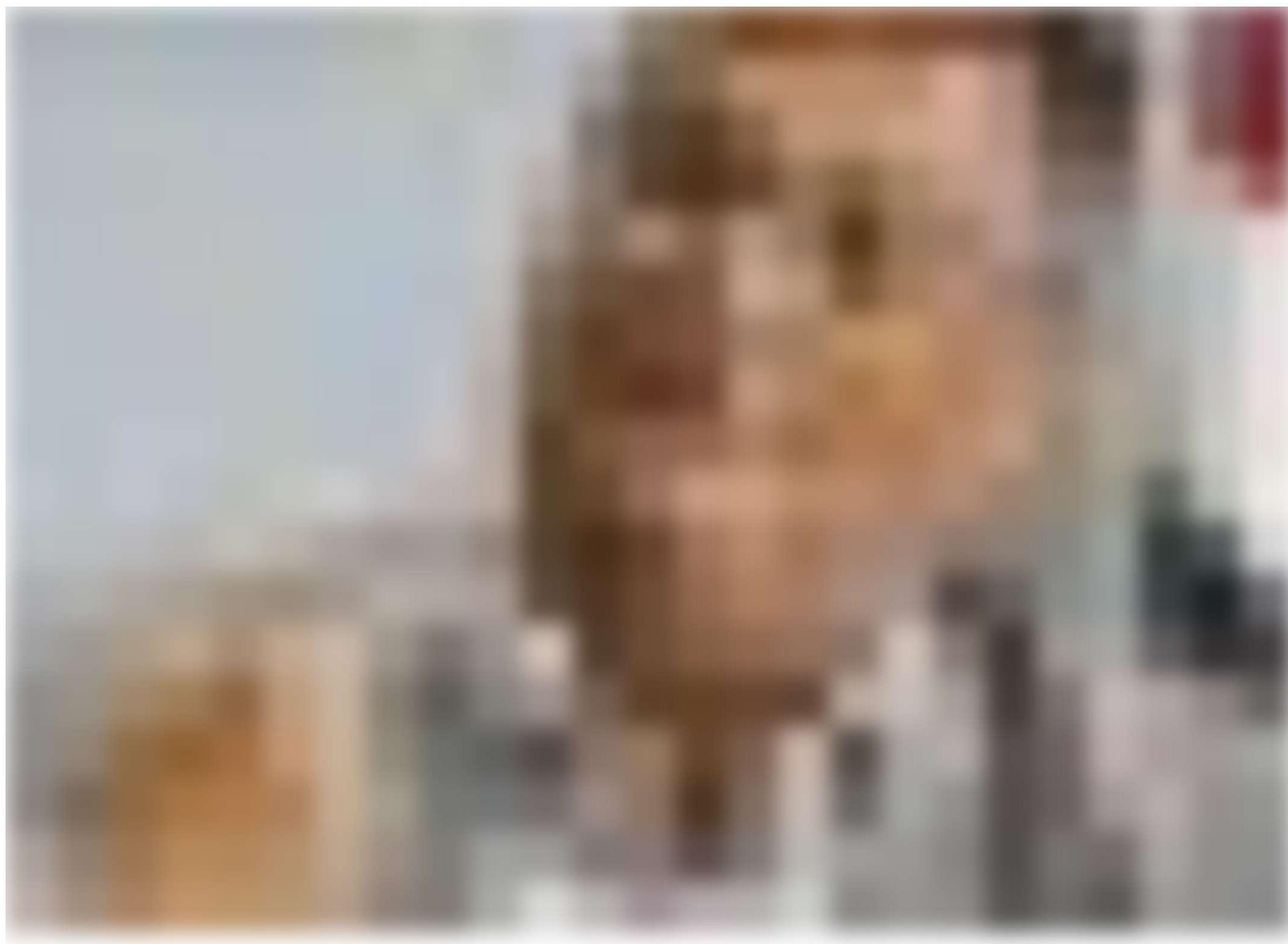
Aposta da esquerda para as eleições presidenciais em 2022, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), avançou na redução da violência e colhe bons resultados dos investimentos em educação. No entanto, a extrema pobreza no Estado desafia a gestão do comunista, que ainda não conseguiu tirar o Maranhão do topo de miséria do país.

O percentual de maranhenses na extrema pobreza subiu 17,75% entre 2016 e 2018, segundo estudo do IBGE. No Brasil, no mesmo período, a alta foi menor: de 13,45%. O Estado lidera o ranking de miséria do IBGE com praticamente 20% da sua população vivendo com menos de R\$ 145 por mês. No Brasil, a fatia da população com esse perfil é de 6,5%.

Um levantamento da Tendências Consultoria mostra história semelhante. O Maranhão está no topo da extrema pobreza, em estudo referente ao ano de 2017, com 12,2% da sua população sobrevivendo com menos de R\$ 85 por mês. Essa fatia da população no Brasil atingiu 4,8% no mesmo ano.

Ao **Valor**, o governador diz que a alta dependência do Estado dos programas de transferência de renda - e de alta geração de emprego como o Minha Casa, Minha Vida - justificam o crescimento da extrema pobreza no Maranhão. "O efeito do ciclo econômico negativo aqui é mais duro. Estados como São Paulo ou Rio Grande do Sul têm uma força econômica própria. No Maranhão, não é bem assim", afirma Dino.

Foi com a promessa de redução da histórica pobreza no Maranhão que Dino tirou a família Sarney do poder do Estado em 2014 e se reelegeu em 2018. Mas durante a recessão de 2015 e 2016, a economia do Maranhão sofreu mais do que a do Brasil - o PIB do Estado encolheu 9,5% no período, enquanto que o do país teve redução de 6,7%.



Dino: "O efeito do ciclo econômico negativo aqui é mais duro. Estados como São Paulo ou Rio Grande do Sul têm força econômica própria. No Maranhão, não é assim" — Foto: Denio Simões/Valor

Diante da crise, a opção do governador foi por uma política contracíclica de manutenção dos altos investimentos e gastos. O custo disso foi um desequilíbrio fiscal que fez o Estado sair de uma condição de superávit primário em 2015 e 2016 para um déficit primário nos dois anos seguintes.

Segundo mais recente boletim de finanças da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Maranhão encerrou 2018 com déficit primário de mais de R\$ 700 milhões. "Fizemos uma opção de uma política econômica mais ousada senão o efeito no desemprego e na queda da atividade econômica iria ser dramático", explica Dino.

Na semana passada, o governador aprovou novo piso de R\$ 6.358,96 para os professores, uma alta de mais de 10% em relação ao piso anterior, que já era o mais alto entre os Estados. O piso nacional é de R\$ 2.886,24.

Dino tem destinado todos os recursos do Fundeb para o salário dos professores e o restante dos investimentos na educação tem sido feito com recursos de um fundo específico com dinheiro do caixa, do BNDES e aportes privados.

Quando Dino assumiu o governo, o Maranhão não possuía nenhuma escola em tempo integral. Neste ano, essas escolas devem chegar a 74, totalizando 25 unidades a mais que no ano passado, além de uma escola bilíngue.

O conjunto de investimentos na educação resultou no aumento da nota do Maranhão no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), fazendo o Estado saltar da 21ª posição, em 2013, para a 13ª, em 2017, no ranking dos Estados brasileiros.

Praticamente dobrando o efetivo de policiais do Estado, para 15 mil, e assumindo o controle sobre o presídio de Pedrinhas, o governo reduziu os crimes violentos letais intencionais (CVL) no Maranhão em 41,22% entre 2014 e 2019, segundo Secretaria de Segurança do

O dado mais expressivo vem da região metropolitana de São Luís, onde o recuo foi de 71,33% no mesmo período. Segundo o Atlas da Violência, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), São Luís é a capital brasileira que mais reduziu homicídios desde 2014.

Na área da saúde, o governo entregou nove novos hospitais desde 2015. Grande parte dos investimentos que o Estado fez só foi possível devido a operações de crédito que foram contraídas antes do Tesouro Nacional rebaixar de B para C a nota de capacidade de pagamento do Maranhão, o que tecnicamente impede hoje que o Estado contraia novos financiamentos.

Em 2017, dado mais recente disponível, o PIB do Maranhão cresceu 5,3%, enquanto o do Brasil avançou 1,3%. Para Dino, o crescimento é resultado da estratégia de não tirar o pé do acelerador durante a crise. Segundo o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc), órgão vinculado ao governo do Estado, o crescimento também se deu com a recuperação do setor agropecuário maranhense, com destaque para a produção de grãos. "O Estado está há três anos com geração de vagas positiva no Caged", ressalta Dino.

Agora que a economia deu um respiro, Dino diz que vai fazer um ajuste no custeio para voltar a ter nota B do Tesouro em 2021 e poder ter acesso a crédito e continuar investindo. No ano passado, o Estado investiu R\$ 1,3 bilhão, cerca de 8% a menos que no ano anterior. "Agora a gente já está em um movimento inverso", afirma.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

### LINK PATROCINADO

Conheça a máquina Nº 1  
SUMUP

### LINK PATROCINADO

40 Carros mais inúteis de todos os tempos  
DESARIOMUNDIAL

### LINK PATROCINADO

"Manual do amor" será distribuído em Salvador gratuitamente  
ESCOLA DE RELACIONAMENTOS

### LINK PATROCINADO

Levante | Invista melhor em 2020. Baixe agora o relatório e saiba qual é o melhor fundo imobiliário para 2020.  
LEVANTE IDEIAS

### LINK PATROCINADO

Opção econômica para você se refrescar no verão chega em Salvador  
COOLAIR

### LINK PATROCINADO

Salvador: concessionárias vendem carros não vendidos em 2019  
SAVERDAILY

---

## Veja em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Coronavírus: Brasil tem 14 casos suspeitos de coronavírus, mas não há infecção confirmada no país, diz Ministério da Saúde

### VALOR INVESTE

Centouro sobe 14,7%, a R\$ 49,71, após compra de Nike do Brasil

### VALOR INVESTE

Valor Investe na CBN: Coronavírus? Que coronavírus?

### VALOR INVESTE

Metade dos brasileiros que pega dinheiro emprestado é para pagar conta atrasada

### VALOR INVESTE



## Governadores querem gatilho em PEC para diminuir salários

Senadores defendem que Estados e municípios aprovem leis locais

Por Vandson Lima — De Brasília

10/02/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Oriovisto: "Tudo isso é uma grande covardia de assumir a responsabilidade do cargo. Nós fomos eleitos é para decidir" — Foto: Beto Barata/Agência Senado

Governadores passaram a pedir ao relator da chamada PEC emergencial, senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), que mantenha na proposta a previsão de que os gatilhos para corte de despesas e readequação orçamentária sejam automáticos para Estados e municípios.

O movimento bate de frente com o feito por senadores esta semana, que foram ao ministro da Economia, Paulo Guedes, sugerir que governadores e prefeitos tenham de aprovar leis locais para aderir às medidas para controlar gastos obrigatórios.

Por trás do embate, está a disputa política. Parlamentares do Congresso Nacional têm dito que não querem arcar sozinhos com o ônus de aprovar uma proposta que, entre outras medidas, permite a suspensão de reajustes e promoções para servidores, a permissão para reduzir em 25% a jornada dos funcionários públicos com redução proporcional dos vencimentos, além da proibição de concursos públicos e criação de novos cargos.

O temor está, principalmente, nas críticas do funcionalismo público, uma classe organizada e especialmente barulhenta em ano de eleição municipal. Deputados e senadores argumentam que, do jeito que está, governadores e prefeitos - muitas vezes seus opositores no campo político - sairiam ilesos, já que as mudanças teriam “vindo de cima”, ou seja, aprovadas pelo Legislativo federal.

Se conseguiram convencer Guedes, os congressistas só não combinaram com o relator, responsável por colocar as alterações na PEC. “Não conversei com Paulo Guedes nem com os senadores. Governadores estão me pedindo o oposto, para ter adesão automática”, conta.

Oriovisto diz que a mudança pretendida pelos senadores “faz sentido” e lembra que mecanismo similar foi incluído na PEC da reforma da Previdência. Mas por enquanto vai aguardar a realização das duas audiências públicas, marcadas para as próximas semanas, antes de mexer no relatório. “Meu relatório está dado. Claro que vai haver aperfeiçoamento. As emendas que forem coerentes, vou acatar. O que diminuir potência fiscal não aceito”, diz, antes de pontuar uma crítica aos dois lados da disputa, que não querem se comprometer politicamente. “Tudo isso é uma grande covardia de assumir a responsabilidade do cargo. Nós fomos eleitos é para decidir”, reclama.

Em novembro, o **Valor** revelou que Oriovisto pretendia agregar uma série de inovações à PEC. Na maior delas, o relator propôs o pagamento de um bônus a servidores públicos em caso de atingimento de superávit, tal qual a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) existente nas empresas. A ideia é distribuir 5% do valor de superávit atingido aos funcionários públicos.

Outro ponto proposto é que, em caso de diminuição do salário do funcionalismo, os políticos também tenham seus salários afetados na mesma proporção.

Por fim, o parecer de Oriovisto abriu a possibilidade de Estados e municípios cuja despesa corrente líquida supere 85%, mas ainda não tenha chegado a 95% do total, possam também aderir à série de gatilhos para corte de despesas e readequação orçamentária previstos na PEC emergencial.

Neste caso, a medida é facultativa. O governante de um ente que ultrapasse os 85% poderá aderir a uma ou mais das restrições do pacote - como corte de jornada e salário de servidores e impedimento de realização de concursos públicos.

## Governo corre para finalizar reforma administrativa

Envio ao Congresso de proposta ainda nesta semana é dúvida

Por Fabio Murakawa e Edna Simão — De Brasília

10/02/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Ideia é que reforma seja uma síntese do liberalismo do ministério de Paulo Guedes — Foto: Daniel Resende/Futura Press/Folhapress

O governo quer finalizar nos próximos dias a proposta de reforma administrativa, que deverá atingir os servidores dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Porém, como ainda há muitos pontos não resolvidos, é possível que o texto não fique pronto nesta semana, como era o objetivo inicial. A proposta incluirá o funcionalismo do Legislativo e do Judiciário, mas não atingirá parlamentares, procuradores e juizes, pois eles não fazem parte da lei 8.112/90, que instituiu o regime jurídico do funcionalismo público da União. A lei se refere apenas aos civis e, portanto, também não afetará os militares.

Na sexta-feira passada, uma reunião no gabinete do presidente Jair Bolsonaro tratou do tema. Participaram os ministros Jorge Oliveira (Secretaria-Geral), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), Wagner Rosário (Controladoria-Geral da União) e representantes do Ministério da Economia, uma vez que o titular da pasta estava no Rio.

Ainda não há consenso sobre tópicos como quais as carreiras que perderão a estabilidade, os critérios de avaliação dos trabalhadores que deixarão de ter esse benefício e se a reforma atingirá também servidores públicos estaduais e municipais.

Fontes a par das discussões afirmam que o Palácio do Planalto tem captado o desejo de governadores e prefeitos de que a reforma atinja também Estados e municípios, que enfrentam sérios problemas de caixa. Isso evitaria a eles o desgaste de ter que aprovar reformas semelhantes.

Também podem ser protegidas algumas carreiras a serem definidas como típicas de Estado. Membros da Advocacia-Geral da União (AGU), alguns servidores do Congresso, agentes da Polícia Federal, auditores fiscais, fiscais em geral (de órgãos como o Ibama, sanitários, do trabalho) se enquadrariam nesse perfil.

Além de serem carreiras não encontradas na iniciativa privada, esses servidores poderiam ser alvo de perseguição política e, por isso, não perderiam a estabilidade no emprego e outros benefícios.

As ideias defendidas por Bresser-Pereira no fim dos anos 1990, durante o governo FHC, podem inspirar algumas dessas definições. À época ministro de Administração Federal e Reforma do Estado, Bresser escreveu: "A condição de servidores estatutários fica limitada às carreiras de Estado, sendo considerados empregados - numa situação intermediária entre o servidor estatutário e o trabalhador privado - os demais servidores que exerçam atividades auxiliares que se decidiu não terceirizar ou que não foi possível publicar".

A ideia de Bolsonaro é que a reforma seja uma síntese do liberalismo do Ministério da Economia, comandado por Paulo Guedes, e das ideias de auxiliares que vêm de carreiras de Estado, para encontrar uma "fórmula o mais equilibrada possível", de acordo com interlocutores.

A previsão de técnicos do governo é que o texto seja encaminhado à Câmara ainda neste mês, embora o governo conte com a possibilidade de enviar nesta semana. Novas reuniões no Planalto tentarão ajustar os pontos em que ainda há divergências.

O Palácio do Planalto acredita que o texto deve tramitar no Congresso em sincronia com a Proposta de Emenda Constitucional 186/2019, a chamada PEC Emergencial, que permite entre outras coisas a redução de salários e jornada de trabalhos do funcionalismo em tempos de crise fiscal.

Pelo plano estratégico do governo, a proposta de reforma administrativa será encaminhada em fases. No primeiro momento, agora em fevereiro, será enviada uma PEC englobando os temas de forma mais geral. O detalhamento de pontos como questões salariais dos servidores ficarão para um segundo momento. A ideia é que até 2022 toda as mudanças estejam aprovadas e implementadas.

Com a reforma administrativa, o governo quer diminuir a quantidade de planos e carreiras, reduzir a diferença salarial entre os trabalhadores da iniciativa pública e privada e criar novos níveis de progressão para se chegar ao topo da carreira.

---



# A princesa Isabel, o imposto quebra-galho e a obscura reforma tributária

Aprincesa Isabel pode ficar em paz. Pelo menos a Lei Áurea deve ser preservada, se a equipe econômica tiver sucesso em sua campanha contra os direitos trabalhistas. O ministro da Economia, Paulo Guedes, continua a pregar a desoneração da folha de salários como se fosse o principal – quase único – objetivo de uma reforma tributária. Ele voltou a defender, em conversa com senadores, a criação de um imposto para compensar, do ponto de vista fiscal, a prometida redução dos encargos trabalhistas. Pode ser o tal “imposto sobre o pecado”, incidente em cigarros, bebidas alcoólicas e alimentos com açúcar, ou um tributo sobre transações eletrônicas. Noticiada pelo Estado, a conversa mostra mais que insistência – já é uma fixação – em eliminar direitos para baratear a mão de obra. Mostra também uma forma peculiar, e muito estranha, de entender a tributação e a tarefa, proclamada como prioritária, de reformar o sistema de impostos e contribuições. Há pelo menos dois pontos intrigantes e até assustadores.

Em primeiro lugar, dois tributos de tipos muito diferentes são igualados na função de quebra-galhos, isto é, de recobrar a receita perdida com a desoneração da folha.

Em segundo lugar, o tal imposto sobre transações eletrônicas, concebido para tributar grandes empresas de tecnologia, é reduzido à função menor, quase mesquinha, de facilitar a eliminação de encargos sociais. Mas serviria, mesmo, só para isso?

Este segundo ponto é particularmente preocupante. Encontrar meios de tributar a economia digital, um componente de peso enorme e crescente na vida econômica, é hoje uma das principais missões da OCDE, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. O tema foi discutido em Davos, em janeiro, em reunião do Fórum Econômico Mundial.

O assunto é tão complicado quanto delicado. O governo francês meteu-se em conflito com a Casa Branca ao tributar operações de empresas como Google, Apple, Microsoft, Amazon e Facebook. Um entendimento bilateral foi anunciado pelo ministro da Economia da França, mas falta um esforço muito mais amplo para um acordo geral em relação ao projeto da OCDE.

Um tema dessa dimensão ficaria muito bem na pauta diplomática e, é claro, no projeto de reforma tributária do governo brasileiro. Mesmo sem a questão internacional, o assunto ainda seria excessivamente importante para ser tratado de forma isolada e, pior que isso, como simples quebra-galho fiscal.

Mas terá o governo, de fato, um projeto de reforma tributária? Não há sinal disso. Não há sinal, pelo menos, da existência de algo digno de ser classificado como projeto.

O ministro da Economia nunca foi muito além, nas suas declarações, de referências à criação de algo parecido com o extinto imposto do cheque, a CPMF, da redução do número de tributos e da eliminação dos encargos trabalhistas. A volta do imposto sobre movimentação financeira foi apresentada em várias ocasiões como forma de compensar o fim daqueles encargos. São, portanto, duas fixações, aparentemente muito fortes, mas insuficientes para compor uma reforma tributária. Tampouco se encontram sinais de um projeto em declarações do presidente da República. Talvez ele esteja ocupado demais com a reeleição para cuidar de assuntos como esse. Além disso, o presidente nunca mostrou inclinação a pensar de forma organizada sobre questões tributárias.

Ele se opôs à recriação da CPMF, mas sem um argumento econômico. Poderia usar vários, mas nunca deu sinal de pensar em algo diferente do custo político-eleitoral.

Esse tipo de preocupação ficou mais escancarado em outras ocasiões. Quando se falou pela primeira vez em “imposto sobre o pecado”, ele proibiu a incidência sobre a cerveja. Mas nada iguala a campanha para mudar ou eliminar a cobrança do tributo estadual sobre combustíveis.

A campanha é obviamente populismo tosco, mas esse talvez nem seja o dado mais importante. A proposta do imposto zero, nesse caso, revela também uma ignorância incomum sobre a aplicação, a gestão e a importância do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o principal tributo dos Estados. Se a mistura de populismo, irresponsabilidade e ignorância incomodar o fã-clube de Bolsonaro, ele terá perdido alguns pontos nesse episódio. Mas incomodará, mesmo?

Não perguntem ao presidente a orientação e o sentido estratégico da reforma tributária, por ele apresentada como prioridade. Ele remeterá a questão ao ministro da Economia. Mas em relação a isso o ministro está inadimplente.

Ele nunca apresentou um quadro geral do novo sistema nem explicou os objetivos principais da reforma. Supõe-se haver algo além da redução do número de tributos e do alívio da folha salarial. A tributação da economia digital deveria ser parte de uma ampla modernização, mas foi apresentada como quebra-galho.

Perguntar sobre outra prioridade oficial, a reforma administrativa, deve ser igualmente frustrante. Uma resposta satisfatória dependeria de noções claras de administração e de funções de governo, itens obviamente escassos no repertório bolsonariano.

Fixado na desoneração da folha, o governo segue devendo o plano da reforma de impostos



# Equipe econômica vê ano de ‘riscos fiscais’

*Temor é que a perspectiva de retomada econômica crie a falsa sensação de que o ajuste já acabou; pressão viria até do governo*



**Campo minado. Guedes e seus assessores tentam mapear os ‘riscos fiscais’ deste ano**

Temor é de que eleições, perspectiva de retomada do crescimento e queda no endividamento do País criem sensação de que a necessidade de ajuste acabou.

A equipe econômica está em alerta para o risco de pressão por aumento de gastos e afrouxamento do ajuste fiscal em 2020. O perigo é a perspectiva de retomada do crescimento e a queda no endividamento do País criarem a falsa sensação de que a necessidade de ajuste já acabou. O tema é debatido internamente, principalmente porque a demanda por mais despesas explode em ano eleitoral.

O temor levou o ministro da Economia, Paulo Guedes, e seus principais auxiliares a campo para tentar avisar de antemão que não há espaço para relaxar nas medidas de reequilíbrio nas contas públicas.

A preocupação é tão grande que o presidente Jair Bolsonaro já foi até alertado para não cometer o mesmo erro do expresidente argentino Mauricio Macri, que não conseguiu se reeleger após deixar o ajuste de lado e cair na tentação de ampliar despesas na tentativa de agradar aliados políticos e eleitores.

Algumas das pressões têm vindo de dentro do governo, com ministros querendo ampliar gastos na área social e o próprio presidente acenando com a possibilidade de zerar impostos sobre combustíveis. A equipe econômica atua como uma espécie de “equilibrista” ao reconhecer a

importância de programas sociais mas, ao mesmo tempo, trabalhar para conter o ímpeto de gastança.

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, se lançou como um dos porta-vozes dessa “campanha” e inaugurou um documento, no fim de dezembro, que detalha todos os riscos fiscais para a União. O relatório tem 75 páginas e elenca cenários de aumento de despesas ou condenações na Justiça que podem afetar os cofres do governo. No fim de janeiro, ao anunciar um déficit de R\$ 95,1 bilhões em 2019 nas contas da União, Mansueto reforçou o alerta em outro documento do Tesouro Nacional. “O ajuste não acabou”, diz o texto.

Âncora. Nos bastidores, Mansueto é um dos que se preocupam com as chances de uma nova investida do Congresso para flexibilizar o teto de gastos, mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação e funciona como uma espécie de “âncora” de confiança no ajuste.

Um dos formuladores do teto de gastos, o economista Marcos Mendes, pesquisador do Insper, afirma que a queda da dívida bruta do governo em 2019 ocorreu muito mais por devoluções de recursos do BNDES e outros fatores pontuais do que por controle estrutural das despesas: “Achar que por conta da queda dos juros da dívida e ajuste patrimonial o problema está resolvido é temerário. Boa parte da queda dos juros vem do sucesso do teto de gastos.”

Segundo ele, os gastos obrigatórios (que incluem salários de servidores e benefícios previdenciários) continuam crescendo acima da inflação, trajetória que não é sustentável no longo prazo. “Relaxar em relação a isso é brincar com fogo, confundir condições circunstanciais com definitivas”, alerta o pesquisador. Ele mesmo fez sua própria lista de riscos fiscais.

As ameaças à continuidade do ajuste nas contas também estão no Congresso. Os parlamentares querem aprovar aumento do repasse da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), uma nova linha de crédito para Estados e municípios conseguirem pagar mais de R\$ 100 bilhões em precatórios (valores devidos após sentença definitiva na Justiça), projetos que ampliam repasses para governos regionais e a regulamentação da Lei Kandir (que pode elevar as compensações pagas pela União aos Estados devido à desoneração do ICMS nas exportações).

O governo também acompanha com atenção as consequências de decisões judiciais. Uma delas, sobre a retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, pode desfalar os cofres da União em R\$ 300 bilhões em cinco anos. A área econômica trabalha numa calibragem da alíquota do tributo federal para compensar a perda. Essa não é a única ação judicial que pode fragilizar as contas, e o próprio Tribunal de Contas da União (TCU) abriu um processo para acompanhar os impactos de decisões da Justiça sobre o quadro fiscal do governo federal.

Com o aumento do contágio por coronavírus, até a doença entrou no radar da área econômica. Técnicos temem que a epidemia acabe resultado em gastos extras vultosos.





# Mudança na Lei de Informática entra na mira do TCU

*Órgão vê risco de 'renúncia disfarçada' em proposta do Ministério da Ciência de transformar incentivos a empresas em créditos financeiros*



**Alvim. Secretário de Empreendedorismo defende medida, mas admite 'monitoramento'**

“Conforme os avanços no processo de transformação digital, com certeza há possibilidade de extrapolar o limite (do benefício), e aí ajustes terão de ser feitos.”

Paulo Alvim

## SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO

A decisão do governo e do Congresso Nacional de transformar os incentivos da Lei de Informática em créditos financeiros, que podem ser usados pelas empresas para abater o valor devido em tributos federais, acendeu a luz amarela na área econômica e em órgãos de controle.

O maior problema é a incógnita sobre o custo futuro do programa, que tem validade até 2029, uma vez que o volume de investimentos em tecnologia de informação e comunicação nessas áreas pode crescer nos próximos anos e ampliar o valor dos créditos, afetando a arrecadação.

O Tribunal de Contas da União (TCU) pediu explicações ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que negociou a proposta com os parlamentares. O órgão quer saber se o benefício configura uma “renúncia disfarçada” e uma engenharia para driblar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Quando o governo concede uma renúncia tributária, a LRF exige a indicação de uma fonte de compensação para a arrecadação, que pode ser criação ou aumento de tributo, ampliação da base de cálculo de algum imposto ou reversão de algum outro incentivo. Além disso, a lei exige estimativas de impacto durante a vigência da política.

A compensação e as estimativas não foram feitas na mudança da Lei de Informática porque o benefício virou um crédito financeiro. Na prática, porém, ele continuará impactando a arrecadação nos próximos anos, uma vez que as empresas poderão usar os créditos financeiros para abater qualquer tipo de tributo, inclusive previdenciário, no momento que desejarem. Tudo isso dificulta as projeções da Receita sobre quanto será a arrecadação.

‘Ajuste’. O secretário de Empreendedorismo e Inovação do MCTIC, Paulo Alvim, admite ao Estadão/Broadcast que será preciso “monitoramento e ajuste” no futuro. Para este ano, os créditos serão concedidos até um “teto” de R\$ 6,56 bilhões, que corresponde ao valor inicialmente previsto no Orçamento para a renúncia da Lei de Informática nos moldes originais.

Antes de mudar a lei, o incentivo era concedido por meio de isenção ou redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), mas o modelo foi condenado pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Alvim reconhece, no entanto, que esse “teto” é informal e nada impede concessão de valor maior em algum dos anos de vigência do programa. “A gente acredita que, num primeiro momento, fique aquém do limite.

Mas, conforme você vê avanços no processo de transformação digital da sociedade, com certeza há possibilidade de extrapolar o limite, e aí monitoramento e ajustes precisarão ser feitos do ponto de vista tributário.”

O próprio Ministério da Economia admite que não há qualquer gatilho que limite a concessão dos créditos financeiros. “Um mecanismo deste tipo provavelmente traria questionamentos sobre sua constitucionalidade, já que as empresas poderiam ser, de uma hora para outra, impedidas de operar sob um programa a que aderiram por prazo certo e condição onerosa. Isso poderia caracterizar uma quebra de contrato pelo governo”, disse a Pasta em resposta à reportagem.

Apesar da polêmica, Alvim defende o incentivo e afirma que, em meio às incertezas sobre a continuidade do incentivo após a condenação na OMC, houve desinvestimento e perda de mercado no setor em 2019. Além disso, o secretário conta que a “engenhosidade fiscal” elaborada para manter o benefício chamou a atenção de outros países, inclusive da União Europeia, interessados em aprender o modelo.

## FOLHA DE S.PAULO

# Reforma tributária une Neogrid e Microsoft

De olho na unificação de contribuições e impostos, as duas empresas vão desenvolver software para transações eletrônicas

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Apesar da incerteza em relação à aprovação da reforma tributária, o empresário Miguel Abuhab decidiu colocar em prática o plano de construir um sistema de cobrança automática de impostos sobre consumo, em parceria com a Microsoft.

Fundador da Neogrid, empresa de tecnologia que não participará do projeto, Abuhab tem conversado com o governo desde 2015 na defesa do sistema, que depende dos avanços da reforma que pretende unificar tributos como PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS.

Agora, iniciará o desenvolvimento de um protótipo, que espera concluir até maio. Depois, será a vez de a gigante de tecnologia entrar no empreendimento, segundo o empre-

sário, utilizando a tecnologia de blockchain. A expectativa é finalizar o produto neste ano.

A ideia de Abuhab é construir um software que integre autoridades tributárias, bancos, empresas de pagamento e demais contribuintes. A cobrança do tributo será feita no momento em que ocorre um pagamento, por qualquer meio eletrônico, feito pelo consumidor final ou por uma empresa a seus fornecedores.

A cobrança não atinge todas as transações eletrônicas, somente aquelas em que é gerada uma nota fiscal de venda ou prestação de serviço. Portanto, não tem relação com a ideia de uma nova CPME que tributa qualquer transação.

No caso de um boleto, por exemplo, esse documento fica vinculado à nota fiscal e já traz registrado qual o va-

lor que irá para o vendedor e qual ficará para o governo. O mesmo vale para transferências vinculadas a uma nota ou para pagamentos com cartão. Em todos os casos, ao pagar a compra, o dinheiro será dividido entre o crédito para o lojista e a parcela do governo.

O empresário chama esse modelo de cobrança compartilhada. Atualmente, o sistema financeiro trabalha com um crédito para cada débito. Agora, vai poder fazer um débito e vários créditos.

"Já falei com a Microsoft. Vou fazer o protótipo e vamos desenvolver em conjunto esse produto", afirma Abuhab.

O sistema será utilizado pelo comitê gestor do novo tributo, outra iniciativa prevista nos projetos de reforma tributária, e receberá informações das notas fiscais e dos boletos.

Não é necessário que bancos e contribuintes comprem o software, mas ambos precisam se adaptar a ele.

"Ele vai integrar os sistemas que já existem. No do boleto, é necessário incluir o valor o imposto. No da maquininha de cartão, inclui o valor do imposto. Só quero integrar."

A iniciativa também atenderia a um pleito do setor de varejo, a tributação de compras em sites estrangeiros e nacionais, segundo o empresário. "Tem de fazer o controle sobre a circulação do dinheiro, e não das mercadorias", afirma.

Para evitar outro efeito colateral da CPME, as propostas de reforma tributária apresentadas até o momento trabalham com a regra de créditos e débitos de tributos, de forma que a empresa recolha o imposto somente sobre o valor

que acrescentar ao produto, descontado o que foi pago pelo fornecedor. Abuhab afirma que irá viabilizar o cálculo diário desses créditos e débitos.

O sistema não alcançará pagamentos em papel-moeda. Nesse caso, o recolhimento segue o método atual.

Segundo o empresário, além de reduzir a sonegação, a informalidade e a inadimplência, uma das vantagens do modelo é que a empresa só pagará o imposto quando receber o dinheiro. Hoje, o tributo de uma venda é devido a partir da emissão da nota fiscal, mesmo que o vendedor não receba do cliente. Daí o nome do livro escrito por Abuhab para divulgar a ideia: "Devo, Não Nego, Pago Quando Receber!".

Abuhab diz que a iniciativa é inédita e que o Brasil será pioneiro na adoção do sistema.

O empresário diz que o secretário da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, já está sabendo da ideia, mas que ela ainda não foi levada ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que tem defendido uma reforma mais enxuta, com a simplificação do PIS/Cofins. Ele também tem conversado com a Febraban (federação dos bancos) sobre o tema.

Com a volta dos trabalhos no Legislativo, a expectativa é que seja elaborada uma proposta única de reforma a partir das iniciativas da Câmara e do Senado, com a contribuição do governo federal. As duas casas avaliam a fusão de tributos sobre o consumo, substituídos por um IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que segue um modelo internacional conhecido como IVA (Imposto sobre Valor Agregado).

Veículo: O Globo	Online
Data: 09/02/2020	Coluna: Economia



# Pacto fiscal gaúcho é uma alternativa que outros estados deveriam seguir

*Governo e Assembleia Legislativa construíram um acordo para iniciar a reforma do serviço público*

O Rio Grande do Sul encontrou a porta de saída da crise — a negociação política. No estado asfixiado por elevado endividamento para financiar despesas com servidores, que em 2019 representaram 82% do total dos gastos, governo e Assembleia Legislativa gaúcha construíram um acordo para iniciar a reforma do serviço público. O governador Eduardo Leite (PSDB) conseguiu negociar com a oposição a aprovação de um novo estatuto do funcionalismo; mudanças na previdência de servidores civis e militares similares às da legislação federal; alterações importantes na estrutura de remuneração de pessoal, com supressão de gratificações; e um novo formato de carreira para os professores da rede estadual. Além disso, conseguiu extrair da Constituição estadual dispositivo que obrigava a realização de plebiscito para a privatização de uma empresa estatal. Não é pouco, embora seja insuficiente para a crise gaúcha. Num exemplo, a economia projetada com a reforma previdenciária é de R\$ 19 bilhões numa década, enquanto o governo precisa a cada ano financiar R\$ 12,5 bilhões de déficit na previdência dos servidores. Há agravantes, pois o custo da previdência estadual é crescente e subiu R\$ 821 milhões no ano passado. O primeiro passo, porém, foi dado. É possível afirmar que resulta de um processo de consciência coletiva sobre a dimensão dessa tragédia administrativa, agravada a cada governo nas últimas quatro décadas. O pacto político, selado na Assembleia em votações no mês passado, interrompendo o recesso parlamentar, sinaliza um caminho a ser seguido por outros estados. Mais de uma dezena de governadores, hoje, estão reduzidos ao papel de gerentes de massa falida, pois mal conseguem coletar tributos para pagar a folha de salários.

A crise fiscal exige audácia e rapidez de ação nos três Poderes, em todos os níveis de governança. Num país onde metade dos trabalhadores tem, em média, dois salários mínimos de remuneração mensal, o equivalente a R\$ 2.078, são absolutamente insustentáveis as ilhas de privilégios no setor público, como as ostentadas pela elite do funcionalismo federal e estadual, cujos salários iniciais na carreira ascendem a R\$ 25 mil. O caso do Tribunal de Contas gaúcho é exemplar: o estado está falido, mas o órgão de controle das contas conserva a maior média de salários na administração estadual — paga mais de R\$ 27.000 mensais, além de mordomias.

# A reforma de Maia

O imposto sobre grandes fortunas e a cobrança de Imposto de Renda sobre lucros e dividendos está na agenda de Rodrigo Maia para a reforma tributária.

É uma agenda, aliás, que une a esquerda e parte do centrão. E, para a felicidade de Paulo Guedes, Maia deve trabalhar também para começar a desmontar os benefícios fiscais dados há décadas à Zona Franca de Manaus.

# Tribuna

## Congresso articula nova derrota a Bolsonaro para controlar Orçamento

DANIEL WETERMAN  
E CAMILA TURTELLI  
O ESTADO DE S. PAULO

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), vai convocar o Congresso Nacional na próxima semana para analisar os vetos impostos pelo presidente Jair Bolsonaro ao projeto que obriga a União a pagar todas as emendas parlamentares definidas por deputados e senadores no ano corrente. A estratégia visa assegurar aos parlamentares o controle de R\$ 42,6 bilhões do Orçamento de 2020. A sessão deve marcar mais uma derrota ao

governo e engessar ainda mais a área econômica na execução do Orçamento.

De acordo com a proposta aprovada ano passado e vetada por Bolsonaro em dezembro, o relator do Orçamento, deputado Domingos Neto (PSD-CE), passa a ter a prerrogativa de definir quais projetos receberão a maior parte dos R\$ 26 bilhões em emendas indicadas por ele na peça orçamentária de 2020 - somadas as emendas individuais e de bancadas, o valor chega a R\$ 42,6 bilhões.

Se os vetos do presidente forem derrubados, não apenas a execução da maior parte desses recursos passará para as mãos de

Neto como também o prazo desse pagamento. O texto fala em até 90 dias no caso das emendas do relator, o que, segundo o Planalto, inviabiliza a execução do Orçamento durante o ano.

Com a articulação, o Congresso quer impedir que as emendas sejam liberadas só no fim do ano, como é de costume. O Orçamento Impositivo, também aprovado em 2019, impede a suspensão total do pagamento de quatro tipos de emendas: individuais, de bancadas estaduais, do relator e das comissões. Mas não define o prazo para a liberação dos recursos. Em ano eleitoral, parlamentares querem ga-



**LÍDERES** articulam derrubar vetos do presidente a projeto que delega a deputados e senadores a definição sobre prazo no pagamento de emendas

rantir que as ações definidas por eles em seus redutos eleitorais ocorram a tempo do pleito de outubro.

A sessão deve ser convocada para terça-feira, 11, de acordo com parlamentares envolvidos na negociação. Líderes da Câmara e do Senado negociam derrubar todos os vetos de Bol-

sonaro ao O PLN 51/2019, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para obrigar o governo a pagar as emendas indicadas pelo relator-geral do Orçamento e pelas comissões da Câmara e do Senado. Anteriormente, apenas as emendas individuais indicadas por cada parlamentar e as de

bancadas estaduais eram impositivas.

O relator do projeto, deputado Cacá Leão (PP-BA), disse ao Broadcast Político acreditar que todos os vetos de Bolsonaro à proposta serão derrubados. Foi a articulação feita pelos partidos do Centrão. Segundo o líder do PP na Câmara, Arthur Lira (AL), a orientação da bancada será para manter o texto aprovado pelo Congresso.

O líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), vai procurar os partidos na tentativa de um acordo. "Não vai para votação sem um mínimo acordo. Esperamos uma votação tranquila. O Orçamento impositivo é uma experiência de primeira atuação e vai nortear a discussão para os próximos anos. Tem que prevalecer autonomia e bom senso", afirmou.

Os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), defenderam em dezembro a recuperação do texto aprovado pelo Congresso. "Só assim, é possível garantir o Orçamento impositivo", comentou o líder do PSD no Senado, Otto Alencar (BA), ontem.

# Tribuna

## Paulo Guedes insiste em um novo imposto

### Estadão Conteúdo

O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a defender um novo imposto (sobre transações eletrônicas ou sobre "produtos do pecado") para reduzir a tributação que as empresas pagam sobre os salários dos empregados.

Embora o presidente Jair Bolsonaro tenha dito em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo que a reforma tributária é prioridade, Guedes insistiu na estratégia que já foi rejeitada tanto pelo presidente como pelo Congresso em conversas com os senadores nesta semana, segundo relatos obtidos pelo jornal O Estado de São Paulo.

O imposto sobre "pecados" incidiria sobre produtos como bebidas alcoólicas, cigarros e alimentos processados com açúcar. Já o imposto sobre transações eletrônicas seria cobrado, so-

bretudo, das cinco grandes empresas de tecnologia: Google, Apple, Microsoft, Amazon e Facebook.

O ministro busca apoio à proposta de novo imposto enquanto negocia a votação de três propostas de reforma fiscal que tramitam no Senado. A desoneração dos salários é central na política desenhada por Guedes.

Em encontros com lideranças do Senado, o ministro não escondeu, segundo apurou o jornal O Estado de São Paulo, que a prioridade é garantir a aprovação da PEC emergencial, que aciona medidas de ajuste, como redução de salário de servidores, para abrir espaço no Orçamento. O ministro voltou a dizer que há "diferenças" a serem acertadas para que a votação da proposta de reforma tributária avance.

# Tribuna

## Coluna ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI



### MONITORAMENTO

O Planalto monitora a movimentação de entidades que representam servidores para se antecipar às manifestações contra a reforma administrativa que será enviada ao Congresso nas próximas semanas. A proposta seria encaminhada pela equipe econômica no final do ano passado após a aprovação da reforma da Previdência, mas o Governo recuou devido ao risco de protestos. Lideranças sindicais marcam para o dia 18 de março mobilização com indicativo de "radicalização" e greve geral.

#### Educação

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) também está convocando professores e estudantes de todo o País para paralisação em março.

#### Promoções

Entre outras mudanças, a reforma administrativa vai propor o fim das promoções e progressões exclusivamente por tempo de serviço, além de uniformizar férias de 30 dias para todos os servidores públicos. Juizes, procuradores e parlamentares não estão incluídos na reforma.

#### Tormento

O primeiro mês de 2020 foi um "tormento" para o governo Bolsonaro. O crescimento tímido de popularidade, apontado pela recente pesquisa CNT, foi ofuscado pelos desarranjos na Casa Civil, Ministério da Educação e na Secretaria de Comunicação (Secom).

antecessor, Ricardo Vélez, Weintraub enfrenta resistência por parte de membros da cúpula militar do governo Jair Bolsonaro. Já Onyx perdeu a articulação política para o general Luiz Eduardo Ramos.

#### Malha

Auditorias do Tribunal de Contas da União identificaram falhas e irregularidades no planejamento das contratações, na gestão e na fiscalização dos contratos de manutenção da malha rodoviária federal sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

#### Ajustes

Em razão das falhas apuradas, o TCU fez as seguintes recomendações ao órgão: realizar ajustes nos procedimentos do Plano Nacional de Manutenção Rodoviária (PNMR), padronizar ações e integração entre as coordenações-gerais e as superintendências regionais.

#### Espreita

Em meio à fritura dos ministros da Educação Abraham Weintraub, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM), militares e parlamentares estão à espreita para emplacar possíveis substitutos.

#### Resistência

Assim como o

#### CPI

O PT, segundo novo líder da legenda na Câmara, deputado Enio Verri (PT-PR), tentará convocar o procurador Wellington de Oliveira - autor da denúncia contra o jornalista Glenn Greenwald - para depor na CPI das Fake News.



#### Dívida

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional lançou aplicativo que facilita o acesso à lista de inadimplentes com a União. Chamada de Dívida Aberta, a ferramenta permite fotografar o código impresso na nota fiscal e descobrir a situação de um estabelecimento.



# Tribuna

## Inflação de janeiro é a mais baixa desde o início do Plano Real

CL Catarina Loiola,  
Correio Braziliense

**A**pós meses seguidos de alta, o preço da carne ficou mais barato em janeiro e impulsionou a desaceleração da inflação oficial no início deste ano. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 0,21% em janeiro, depois de registrar alta de 1,15% em dezembro do ano passado. É a menor taxa para o mês desde o início do Plano Real, em julho de 1994. Os dados foram divulgados ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em janeiro de 2019, a taxa havia ficado em 0,32%. O acumulado dos últimos doze meses foi a 4,19%, abaixo dos 4,31% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. No ano de 2019, setembro foi o único mês em que a inflação foi negativa, registrando -0,4%. A menor taxa positiva de inflação foi registrada em junho, quando o indicador alcançou a marca de 0,01%.

### DESPESAS

O preço da carne foi o maior contribuinte com a queda do IPCA, com impacto de -0,11% no índice do mês, o maior impacto negativo sobre o indicador. O grupo recuou 4,03% em janei-

ro, depois de uma alta de 18,06% no mês anterior.

De acordo com o gerente do IBGE, Pedro Kislanov, nos últimos meses do ano passado, ocorreu uma alta muito grande no preço das carnes, devido às exportações para a China e alta do dólar que restringiram a oferta no mercado interno. "Agora, percebemos um recuo natural dos preços, na medida em que a produção vai se restabelecendo para atender ao mercado interno", ressaltou em nota do IBGE.

A queda no preço das carnes influenciou a desaceleração na inflação do grupo alimentação e bebidas, cuja taxa recuou de 3,38% em dezembro para 0,39% em janeiro.

Saúde e cuidados pessoais também contribuíram negativamente com o IPCA, com deflação de -0,32%. O fato ocorreu sobretudo por conta produtos para pele (-6,51%) e dos perfumes (-4,66%).

Entre as 16 regiões pesquisadas pelo IBGE, três tiveram deflação: Rio Branco (-0,21%), São Luís (-0,19%) e Brasília (-0,12%).

### ALTAS

No lado das altas, os destaques foram o plano de saúde (0,60%) e os produtos farmacêuticos (0,33%). Os demais grupos ficaram entre a queda de 0,48% em vestuário e a alta de 0,35% em despesas pessoais.

Segundo o IBGE, o resultado dos transportes teve o maior peso na nova cesta, puxado pela gasolina (0,89%) e o etanol (2,59%). Os preços dos ônibus urbanos variaram 0,78%, devido aos reajustes nas tarifas em várias regiões. Já o maior impacto negativo (-0,05 p.p.) veio das passagens aéreas (-6,75%), que haviam apresentado alta de 15,62% no índice de dezembro.

Habitação teve destaque ao passar da marca de -0,82% em dezembro para 0,55% em janeiro. A taxa de artigos de residência também acelerou, de -0,48% para -0,07%.

### NOVO CÁLCULO

Os novos hábitos de consumo dos brasileiros já estão refletidos no IPCA de janeiro. As mudanças no cálculo foram anunciadas pelo IBGE em outubro do ano passado, após os novos hábitos terem sido identificados pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018. A nova fórmula do IPCA possui 377 produtos e serviços, eis subitens a menos que a divulgada até 2019.

Ao todo, são 56 novos itens a serem considerados, como tratamento de pets e macarrão instantâneo. Por outro lado, itens como aparelhos de DVD, máquinas fotográficas, microondas, orelhões e liquidificadores, saíram do cálculo.

# Tribuna

## Após ataque governista, servidores preparam contra-ataque

VERA BATISTA AF AUGUSTO  
FERNANDES  
CORREIO BRAZILIENSE

Os servidores já foram chamados de marajás, preguiçosos, incompetentes, improdutivos, elites, corporativistas, sangues-azuis e, agora, de "parasitas". Todos os termos causaram indignação e revolta. Mas o último qualificativo, além do repúdio generalizado, teve o poder de aglutinar as diferentes categorias do serviço público que estavam, aparentemente, sem projeto definido para enfrentar o ímpeto governista na reforma administrativa. De acordo com técnicos do próprio governo, Paulo Guedes, ao ofender o funcionalismo e criticar com veemência reajuste anual de salários, privilégios e aposentadorias generosas, criou um clima de terra arrasada e derrubou

todo o trabalho de divulgação que vem sendo levado a cabo. O governo já estava com uma campanha publicitária praticamente pronta para vender de forma efusiva a reforma na administração pública.

A propaganda iria justamente abordar pontos como a dificuldade do governo em investir em áreas prioritárias, a exemplo da saúde, educação e segurança, porque a maioria dos recursos públicos está comprometida com pessoal e custeio. Mas a mensagem seria divulgada de forma cuidadosa, com um inteligente encadeamento. A ideia era argumentar que o servidor custa na entrada e na saída, porque se aposenta e continua bancado pelo contribuinte por mais 20 ou 30 anos. Mas essa despesa obrigatória existe somente porque a lei permite. É

legal, mas é imoral. Portanto, a sociedade precisa ajudar, com urgência, diante da necessidade de ajuste fiscal, a mudar a lei — com as reformas — para acabar com a farra de pessoas que trabalham pouco e dão quase nenhum retorno à população.

"Esse discurso vem desde a campanha presidencial. Foi sendo consolidado, com o apoio da população, de forma coordenada, por vários ocupantes de cargos relevantes. Nada foi por acaso. Assim como na reforma da Previdência, a retórica foi ganhando corações e mentes. Os servidores, tenho certeza, já estavam quase absorvendo a possível derrota. Mas, agora, estragou tudo", lamentou um técnico do governo. Na sexta-feira, poucas horas após a palestra de Paulo Guedes, na

Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio, uma enxurrada de notas de repúdio de entidades sindicais tomou conta do país.

Apesar da interpretação pessimista dos auxiliares próximos a Paulo Guedes, há controvérsias sobre os possíveis efeitos negativos da provocação. Pode parecer gratuita, mas não é. "Lembrei de Fernando Henrique Cardoso, quando chamou os aposentados de "vagabundos". Ambos (FHC e Guedes) foram grosseiros na tentativa de chamar a atenção da sociedade para privilégios de determinados setores do funcionalismo público", recordou o economista Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas", avaliou.



**INDIGNADAS** com a agressividade do discurso governista, categorias organizam ações judiciais contra o ministro Paulo Guedes

**A TARDE**

O jornal de toda Bahia

**IBGE** Taxa é inferior ao 1,15% de dezembro e ao 0,32% de janeiro de 2019, mas Salvador teve o 3º maior índice do país

# Inflação oficial fica em 0,21% em janeiro

**DA REDAÇÃO E AGÊNCIAS**  
Rio de Janeiro e Salvador

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), pesquisado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mede a inflação oficial, ficou em 0,21% em janeiro deste ano, segundo divulgação feita ontem. Essa é a menor taxa para o mês desde o início do Plano Real, em 1994. A taxa é inferior ao 1,15% de dezembro e ao 0,32% de janeiro de 2019. O IPCA acumula taxa de 4,19% em 12 meses, abaixo dos 4,31% registrados nos 12 meses anteriores.

Na região metropolitana de Salvador (RMS), o IPCA de janeiro ficou em 0,34%, terceira mais alta entre as 16 áreas investigadas separadamente pelo IBGE. Apesar disso, registrou-se a desaceleração do índice de forma importante em relação à taxa de dezembro (1,26%) e fi-

cando ligeiramente abaixo da inflação de janeiro de 2019 (0,37%).

O IPCA de janeiro na RMS ficou abaixo apenas dos registrados na região metropolitana de Belém (0,39%) e no município de Aracaju (0,39%). Em janeiro, Brasília (-0,12%), São Luís (-0,19%) e Rio Branco (-0,21%) tiveram deflações, segundo o IPCA.

Nos 12 meses encerrados em janeiro, a inflação na RM Salvador acumula alta de 3,90%. Ficou abaixo, mas muito próxima dos 3,93% registrados nos 12 meses encerrados em dezembro, e menor também que o acumulado no mesmo período em janeiro de 2019 (4,06%). O índice acumulado está abaixo da média do país (4,19%).

Dentre os nove grupos de produtos e serviços que compõem o IPCA, seis apresentaram altas em janeiro, na RMS, liderados por habitação (1,01%) e alimenta-

ção e bebidas (0,94%).

Com o segundo maior aumento, mas o maior peso nas despesas familiares, os alimentos foram mais uma vez a principal pressão inflacionária na região metropolitana de Salvador.

## Despesas

Entre os responsáveis por frear a inflação em janeiro foram os segmentos de saúde e cuidados pessoais, que teve deflação (queda de preços) de 0,32%, vestuário (deflação de 0,48%) e artigos de residência (deflação de 0,07%).

Os alimentos continuaram registrando inflação (0,39%), mas em um ritmo bem menor do que a taxa observada em dezembro (3,38%), o que também contribuiu para a queda do IPCA de dezembro para janeiro.

O pesquisador do IBGE Pedro Kislanov destaca que o recuo de 4,03% do preço das carnes foi o principal item



Alessandra Lori / Ag. A TARDE / 30.5.18

**Os alimentos pressionaram a inflação em Salvador**

individual responsável pela queda da taxa de inflação oficial em janeiro.

"Tivemos uma alta muito grande no preço das carnes, nos últimos meses do ano passado, devido às exportações para a China e alta do dólar que restringiram a oferta no mercado interno. Agora, percebemos um recuo natural dos preços, na medida em que a produção vai se restabelecendo para atender ao mercado interno".

Os demais grupos tiveram as seguintes taxas de inflação: transportes (0,32%), habitação (0,55%), despesas pessoais (0,35%), educação (0,16%) e comunicação (0,12%).

O IPCA foi calculado com base na nova cesta de produtos e serviços, atualizada pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, refletindo mudanças nos hábitos de consumo da população brasileira.